



**CARTA DO
AUDIOVISUAL NEGRO
ÀS CANDIDATURAS
ANTIRRACISTAS**

2024



ÍNDICE

3 APRESENTAÇÃO

4 APAN - ASSOCIAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS DO AUDIOVISUAL
NEGRO

7 O CONTEXTO DO AUDIOVISUAL
NEGRO BRASILEIRO E O PAPEL
DOS MUNICÍPIOS

11 EMPRESAS AUDIOVISUAIS
VOCACIONADAS PARA
A REPARAÇÃO HISTÓRICA

13 O AUDIOVISUAL COMO GERADOR
DE EMPREGO E RENDA

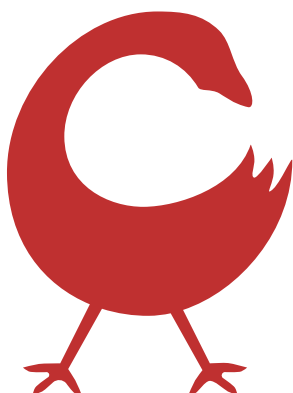
15 PROPOSIÇÕES GERAIS DA APAN
PARA OS MUNICÍPIOS

21 CONCLUSÕES

BRASIL, 26 DE SETEMBRO DE 2024

Esta carta é direcionada às candidaturas para Legislativo e Executivo municipais nas eleições de 2024 e é organizada pela Associação de Profissionais do Audiovisual Negro – APAN.

Reunimos aqui um conjunto de análises e proposições, a partir da compreensão do atual contexto nacional de retomada dos processos democráticos e de avanços para a Cultura e, principalmente, as ativações e reforços de políticas públicas de uma maneira mais ampla para o Audiovisual, considerando os necessários avanços nas Políticas Afirmativas para Reparação Histórica. Nosso recorte considera o Audiovisual Negro numa perspectiva inclusiva e com interseccionalidades de raça, gênero, orientação sexual e territorialidades. Nossa iniciativa, nesse sentido, tem como objetivo reforçar a consciência das ações do poder público em nível municipal **para o enfrentamento ao racismo**, com foco na equidade no setor e na promoção da Justiça Social.



A APAN é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, apartidária, com articulação, mobilização, incidência, ações e representação nas cinco regiões do país. Atualmente com mais de 1.300 pessoas associadas, somos uma entidade representativa do setor e nos reconhecemos enquanto movimento negro. Criada em 2016, defende o fortalecimento das Ações Afirmativas como princípio e estratégia política fundamental para a garantia da inclusão da população negra no setor audiovisual e para o avanço na luta de combate ao racismo. A APAN é fruto de uma articulação histórica de cineastas e profissionais do audiovisual brasileiro voltadas à potencialização das políticas públicas e ações de mercado para fomentar e ampliar o audiovisual negro no Brasil. Temos como missão consolidar nos mais distintos âmbitos do audiovisual a presença de pessoas negras de maneira a promover narrativas, transformar a percepção da sociedade com relação à negritude, combater o racismo estrutural e referenciar possibilidades de construção coletiva dentre pessoas negras, nas políticas públicas e no mundo do trabalho.

Reivindicamos o direito ao trabalho digno, nos posicionando contra a precarização e por remunerações adequadas e justas; o estímulo ao empreendedorismo negro; o fomento à produção e circulação de obras e conteúdos que contribuam para a instituição e fortalecimento de regimes de visibilidade propositivos e que rompam com estereótipos subalternizantes da hierarquia racial que ainda predomina nas telas brasileiras. Para além de ser parte importante da Indústria Criativa, o audiovisual negro é território de articulação, de memória, de fabulações e de projetos de futuro – constituindo-se como lugar de pensamento e sendo, portanto, parte fundamental da cultura de um país de maioria não-branca como o Brasil.

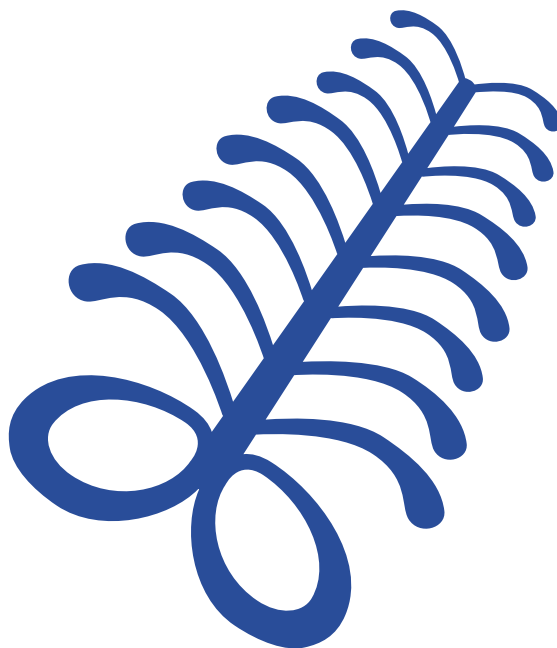
Atualmente, a APAN consolida iniciativas voltadas a diferentes temáticas, mas que agregam particularidades essenciais para a ampliação de oportunidades e representação negra. Essas iniciativas são desenvol-

vidas em ações e plataformas. As plataformas são: Todesplay, um serviço de streaming com conteúdo exclusivo de produções negras e indígenas nas suas pluralidades; APAN Formações, dedicada a processos formativos de promoção de profissionais negres; e Raio Agency - Rede Audiovisual de Inclusão Orquestrada – dedicada à construção de metodologias de trabalho que afirmem a equidade de gênero.

As ações regulares são: LNN - Lab Negras Narrativas, em sua 6ª edição em 2024, firma-se como espaço de encontro e fortalecimento de projetos e carreiras de realizadores negres; Escola FOCO - A FOCO – A imagem negra no audiovisual, a primeira escola de Produção Audiovisual e Formação de lideranças negras pela Equidade Racial que nasce da articulação Colômbia- Brasil, uma união da APAN e Manos Visibles; Black Brazilian Film Festival, realizado em parceria com Embaixadas brasileiras

em países Africanos e da Diáspora Afro-Atlântica para promoção de trocas entre realizadores e outros fazedores de cultura do setor audiovisual; e FIANb - Festival Internacional do Audiovisual Negro do Brasil e o MECAA - Mercado Audiovisual da APAN, ambos em sua 5ª edição em 2024, se consolidando como eventos que propõem a circulação e intercâmbio de obras e profissionais, para fortalecimento de laços criativos e comerciais.

Esta **Carta do Audiovisual Negro às Candidaturas Antirracistas** reúne um conjunto de proposições a partir da experiência da APAN e considera a importância e autonomia dos municípios aliada às políticas em níveis estaduais e federal no âmbito de construções e propostas para a democratização do setor como as do Plano Nacional de Cultura, do Plano de Diretrizes e Metas do Audiovisual, do Estatuto da Igualdade Racial, além de normas legais e infralegais que orientam a execução de Ações Afirmativas nesse setor.



O CONTEXTO DO AUDIOVISUAL NEGRO BRASILEIRO E O PAPEL DOS MUNICÍPIOS

Nas últimas duas décadas, testemunhamos uma inédita ascensão de um conjunto heterogêneo de pessoas negras no audiovisual, com um aumento na realização cinematográfica e produção de conteúdo para diversas plataformas e, também, na área acadêmica, da crítica e na criação de um circuito descentralizado de exibição e formação de público. O Mapa do Cinema Negro¹ aponta que até o 1º semestre de 2024 havia 24 festivais, 12 cineclubes, 14 eventos e mostras especiais e 3 plataformas de streaming dedicados exclusivamente aos cinemas negros e espalhados pelas cinco regiões do país.

Não por coincidência, também nas últimas décadas, pudemos observar resultados positivos das políticas públicas de ação afirmativa na Educação e na Cultura, frutos de históricas elaborações e pressões dos movimentos negros e implementadas em nível federal. As políticas de expansão e democratização

1. O levantamento realizado no Mapa do Cinema Negro teve início no Seminário Negritude Infinita em 2016 em Fortaleza, Ceará, e atualmente é conduzido pelo pesquisador Clébson Francisco/BREUCC <https://mapadocinemanegro.com/>

do ensino superior nos anos 2010, aliadas às cotas raciais (negras e indígenas) e sociais, possibilitaram um aumento significativo do acesso à graduação. Segundo o IBGE, em 2018 a quantidade de pessoas pretas, pardas e indígenas ultrapassou, pela primeira vez, o número de pessoas brancas nas universidades públicas. Ao mesmo tempo, houve um crescimento na oferta de cursos de cinema e áreas correlatas no país; de acordo com o Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual (Forcine), a quantidade cresceu de 87, em 2016, para 184 em oferta regular em 2019 – um número expressivo mas ainda com imensa desigualdade regional.

No campo da Cultura, vimos surgir iniciativas que estimularam a maior presença de pessoas negras por meio, por exemplo, de editais afirmativos e ações de descentralização. Compreendemos que esse fe-

nômeno não é exclusivamente fruto da presença no ensino superior ou do acesso direto às políticas públicas. Entretanto, é inegável que esse contexto provocado por ações articuladas pelo poder público criaram um horizonte de possibilidade para o desejo e a percepção de pertencimento de pessoas historicamente excluídas ou precarizadas nessa cadeia produtiva.

Alguns municípios tiveram papel importantíssimo nesse crescimento. No campo da Educação, citamos as políticas afirmativas e outras ações para garantir o acesso e presença de estudantes negros nas escolas públicas e a adoção e ampliação do ensino das culturas Africana, Afro-brasileira e Indígena². No campo da Cultura, reconhecemos a importância dos mecanismos de incentivo por meio de legislações municipais e a execução de políticas de

2. Pela execução de ações a partir das Leis 10.639/03 e Lei 11.645/08



descentralização do acesso aos recursos, a manutenção e ampliação de equipamentos públicos de cultura, o incentivo à formação de público e a valorização do patrimônio e da identidade locais.

No caso específico do audiovisual, citamos como exemplo duas iniciativas que estimularam a pluralidade de narrativas sobre o Brasil e o foram determinantes para o surgimento de uma nova geração de realizadores, fortalecendo emprego e renda no setor: os Pontos/Pontões de Cultura e os Arranjos Regionais. A execução dos Arranjos Regionais do Fundo Setorial Audiovisual possibilitou a descentralização dos investimentos e o fortalecimento de agentes econômicos locais, que puderam consolidar suas atividades nos próprios municípios, sobretudo em capitais e regiões metropolitanas. No âmbito da Política Nacional de Cultura Viva, o modelo de gestão dos Pontos de Cultura se mostrou fundamental para a territorialização de investimentos federais, em municípios de diversos portes; também possibilitou a formação de novos agentes culturais, incluindo realizadores audiovisuais, e a ampliação do acesso à cultura pelo público em geral.

Entre 2016 e 2022, infelizmente, testemunhamos um recuo neste crescimento, em função da descontinuidade ou arrefecimento de políticas públicas em nível federal e por conta da pandemia, o que impactou negativamente a curva ascendente da presença de pessoas negras na dinâmica criativa e econômica do audiovisual. Trabalhadores da Cultura, incluindo do



audiovisual, foram terrivelmente afetados. Isso nos reforçou a necessidade de posicionamentos firmes para resistência e proposição no setor, e evidenciou o ainda fundamental papel das políticas públicas para a diminuição das desigualdades no Brasil.

Mais recentemente, acompanhamos a implementação da Lei Paulo Gustavo e Política Nacional Aldir Blanc em municípios nas cinco regiões do país. Ambas são políticas de extrema capilaridade e com bons mecanismos para a criação de oportunidades para a diminuição das iniquidades no setor cultural, como as instruções normativas para a implementação de ações afirmativas e medidas de acessibilidade³. Entretanto, em um diagnóstico preliminar realizado pela APAN, compreendemos que ainda há muitos ajustes a serem feitos, por exemplo, relacionados a prazos e, principalmente, à capacitação de agentes públicos locais para a compreensão dos mecanismos estruturantes para a diminuição das iniquidades, como os de Ações Afirmativas. Compreendemos ser este um necessário processo de aprendizagem coletiva, sobretudo para gestores nos municípios, para que a diversidade racial seja efetivada em todos os campos dos fazeres culturais no país, especialmente no Audiovisual.

3. IN MinC nº5/2023 para a Lei Aldir Blanc e IN MinC nº 10/2023 para a Lei Paulo Gustavo



EMPRESAS AUDIOVISUAIS VOCACIONADAS PARA A REPARAÇÃO HISTÓRICA

Um dos pontos centrais na atuação da APAN é a defesa de Políticas Afirmativas. Os diversos mecanismos de Ações Afirmativas⁴ na política pública e nos mercados precisam ser pensados em sua perspectiva reparatória pois, para que haja Justiça Social, é necessário também um pensamento sobre Justiça Econômica. Nesse sentido, é fundamental que as medidas adotadas sejam direcionadas para criar oportunidades não só para pessoas físicas - como, no caso do nosso setor, a diretores, roteiristas, produtores executivos e outras pessoas em posição de liderança nas equipes - mas também a agentes econômicos. Defendemos, portanto, a adoção da noção de Empresas Vocacionadas para a Reparação Histórica e a inclusão dessas empresas em medidas reparatórias estruturantes na política do audiovisual brasileiro em níveis federal, estadual e municipal.

4. Para definição expandida e mais detalhes sobre mecanismos de Ações Afirmativas, ver "Ação Afirmativa: conceito, história e debates" (ed. UERJ, 2018) Disponível em: <https://books.scielo.org/id/2mvbb/pdf/feres-9786599036477.pdf>

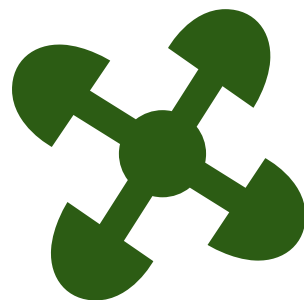
Por Empresas Audiovisuais Vocacionadas para a Reparação Histórica, compreendemos aquelas geridas por 50% ou mais de pessoas negras e/ou indígena e que se dedicam à produção de conteúdos audiovisuais vocacionados para desconstrução de estereótipos pejorativos que atingem as experiências de ser uma pessoa negra e/ou indígena na sociedade brasileira. Esses empreendimentos são fundamentados frente aos fatos históricos inconteste que geram as iniquidades do presente e dão razão à necessidade de implementação de Políticas de Ações Afirmativas para Reparação e às consequências vivenciadas ainda hoje, fruto do sistema de escravização da população negra e a dizimação da população indígena que vigoraram por séculos no país, por força de ações do Estado Brasileiro ao longo dos séculos.



O AUDIOVISUAL COMO GERADOR DE EMPREGO E RENDA

O setor audiovisual no Brasil tem se mostrado um propulsor fundamental para a Economia Criativa, gerando empregos, renda e desenvolvimento em níveis nacional e regional. A produção de filmes, séries, documentários e outras obras audiovisuais movimenta diversos setores. Além da criação de roteiros, produção e circulação, as filmagens de uma obra audiovisual ou a realização de um evento, como uma mostra de Cinema, gera empregos temporários e envolve outras áreas do comércio e serviço locais como transporte e logística, hospedagem, alimentação e bebidas, segurança, limpeza, entre outros.

O impacto econômico do audiovisual é considerável. Um estudo realizado pela FIPE⁵, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, sobre encomenda da SPCine, empresa de cinema e audiovisual do município de São Paulo, indica que a cada R\$1,00 pago pelo acesso a uma obra audiovisual, outros R\$3,89 são gerados na movimentação econômica no setor no município. A média nacional é de R\$1,00 para R\$3,69. Esse fator multiplicador é superior à média nacional na Agricultura (R\$2,54) e na Construção (R\$3,42).



5. Disponível em: <https://spcine.com.br/spcine-lanca-pesquisa-de-impacto-socioeconomico-e-2o-programa-de-aprimoramento-profissional-para-o-audiovisual-paulistano/>

Os investimentos públicos no setor têm um efeito multiplicador de 2,3. Isso significa que, na média nacional, para cada R\$10,00 investidos, há um retorno do investimento e um adicional de R\$13,00.

Como vários outros setores no país, o Audiovisual foi terrivelmente atingido pela pandemia de COVID-19. Entretanto, com o crescimento das plataformas de streaming, as leis emergenciais para o setor cultural e a reconstrução do Ministério da Cultura, o setor vive uma retomada. Investimentos federais recorde, em torno de R\$1,6 bilhões, impulsionam a produção, a modernização de estúdios e salas de exibição, e as dinâmicas de circulação e infraestrutura. E, para o setor avançar, a atuação do poder público municipal é fundamental. Com o apoio das políticas públicas e o investimento em qualificação profissional, o setor continuará crescendo e se consolidando como um dos mais importantes da Economia

Criativa brasileira. Isso é possível comprovar com cidades que já desenvolvem ações exitosas voltadas como São Paulo, com a SPCine, Rio de Janeiro, com a RioFilme, Salvador, com a SalCine, e Belo Horizonte, com a BH Film Commission.

Apesar de um otimismo neste momento com as políticas públicas, sobretudo em nível federal, as desigualdades ainda são imensas e com um lastro histórico que demanda medidas contínuas para seu combate. Um estudo⁶ sobre raça e gênero no setor aponta que entre 1970 e 2016, não havia pessoas negras na direção de filmes com mais de 500.000 espectadores em salas de cinema no país. Uma outra pesquisa realizada em 2021 aponta que apenas 4% dos filmes realizados no Brasil tiveram pessoas negras à frente da direção, roteiro ou produção.

A seguir, apontamos algumas proposições da APAN para avanços no combate às iniquidades no setor neste contexto.

6. Raça e gênero no cinema brasileiro. Boletim GEMAA n. 2, 2017. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/boletins/boletim-gemaa-2-raca-e-genero-no-cinema-brasileiro-1970-2016/>

PROPOSIÇÕES GERAIS DA APAN PARA OS MUNICÍPIOS



As proposições abaixo são fruto de uma construção coletiva a partir de nosso GT de Legislação e Políticas Públicas e da atuação dos Conselhos Regionais. Mobilizamos um grupo de pessoas representativas de diversas áreas do setor e com atuação nas cinco regionais para a construção e síntese dos tópicos abaixo listados. Compreendemos que cada região, cada município tem sua vocação e especificidades. Portanto, o que apresentamos neste documento é um conjunto geral de apontamentos que possam se somar à escuta ampla e democrática que as candidaturas antirracistas ao Legislativo e ao Executivo já vêm desenvolvendo. Esperamos, com isso, contribuir para o desenvolvimento do audiovisual local, sobretudo numa perspectiva que amplie oportunidades para a presença e permanência de profissionais do audiovisual negro e de nossas narrativas nos mercados e nos imaginários em níveis local, regional e internacional.

Políticas Afirmativas e Empresas Vocacionadas para o Audiovisual Negro

A inclusão de profissionais negros se dá não só pela representação nas telas e a representatividade atrás dela. A diversidade no setor precisa ser também por meio da inclusão na dinâmica econômica. Para isso, é necessário que as políticas de fomento e nas licitações públicas tenham previsão de mecanismo de ações afirmativas voltadas à presença de empresas vocacionadas para a reparação histórica negra.

Orçamento e Gestão

O audiovisual brasileiro é um setor estratégico para a economia dos municípios, gerando empregos, renda e fomentando a cultura. Para potencializar essa presença e seu efeito multiplicador, são necessários contínuos investimentos,, por meio não só das ações de fomento, mas também para fortalecer políticas estruturantes. Esses investimentos precisam vir acompanhados de levantamento de dados para monitorar e mensurar seus impactos raciais⁷. O orçamento municipal para a Cultura deve considerar o audiovisual como esse vetor multiplicador e que envolve outros setores em sua dinâmica econômica no município. Nas ações específicas de fomento, é fundamental observar a construção de editais e processos avaliativos com a presença de especialistas,

7. A ideia de “mensuração dos impactos raciais de investimentos públicos e privados”, num sentido mais amplo, está exposta na Agenda Peregum por Políticas Antirracistas. Disponível em: <https://programas.peregum.org.br/agenda-peregum>

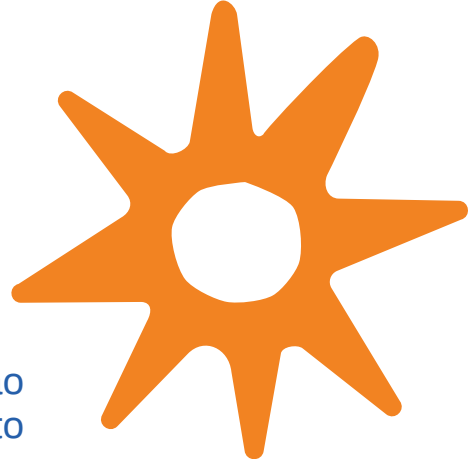
com diversidade racial na composição das equipes em todas as etapas, respeitando processos democráticos de participação pública e organizando processos de prestação de contas que compreendam as especificidades do setor.

Para implementação e consolidação de políticas afirmativas, é fundamental a formação contínua de gestores públicos para a compreensão não só das especificidades do setor mas, sobretudo, das possibilidades dos mecanismos de Ação Afirmativa para a efetiva ampliação de oportunidades para o audiovisual negro.

Com a consolidação do Plano Nacional de Cultura e a implementação de outras políticas como a PNAB é importante que os municípios consigam desenvolver e/ou aprimorar continuamente seus Planos Municipais de Cultura para atuação no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com previsão orçamentária e de estrutura de execução, garantindo que a universalidade, a

equidade e a integridade sejam efetivamente pilares estruturantes e que a atenção para a diversidade racial e a reparação histórica esteja transversalmente presente.

Muitos municípios brasileiros possuem capacidade para acolher grandes produções nacionais e internacionais, ou eventos de cinema como festivais e mostras. A sistematização desse acolhimento, em uma ação coordenada que envolve diversos setores da administração municipal, pode ser gerida por Film Commissions municipais, a exemplo do que já ocorre em cidades como Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte, Gramado, entre outras. É indispensável que todas as ações de valorização da cultura e patrimônio locais levem em consideração o necessário respeito aos territórios e manifestações da cultura Afro-brasileira e combatam todas as formas de reprodução de representações degradantes e preconceituosas da população negra.



Formação

As ações e equipamentos culturais municipais são primordiais para a formação, tanto técnica quanto de público. A desigualdade racial no Brasil afeta diretamente as oportunidades de acesso ao trabalho e ao desenvolvimento humano da juventude negra. No mercado de trabalho, dados do IBGE⁸ apontam que, apesar da queda na média geral do desemprego no Brasil, a taxa de desocupação de pessoas negras no Brasil ainda é alta se relacionada à população não-negra. Na difusão de obras para o imaginário coletivo, pesquisas sobre raça e gênero no audiovisual apontam que ainda há uma imensa predominância de narrativas sem protagonismo negro.

Escolas livres, ciclos formativos e outras ações educativas promovidas ou incentivadas pelo poder público municipal e que contemplem o audiovisual e se utilizem de mecanismos de ações afirmativas têm o potencial de qualificar tecnicamente a juventude negra e periférica para os diversos segmentos da cadeia produtiva no setor, potencializando a geração de emprego. **Essa formação técnica precisa, ainda, considerar novas possibilidades tecnológicas como a Realidade Virtual e a Inteligência Artificial.**

Ressaltamos, ainda, a necessidade do estímulo a ações que nutram o imaginário coletivo com narrativas audiovisuais negras em eventos de cinema e, principalmente, por meio de ações em parceria com as Secretarias de Educação. Essas ações podem

8. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, fevereiro de 2024.

se dar no contexto das Leis 13.006/14, que determina 2 horas de cinema brasileiro independente em contexto da Educação Básica, em interseção com as Leis 10.639/03 e 11.645/08, de ensino de Cultura Africana, AfroBrasileira e Indígena. **Ações direcionadas às infâncias no sentido de uma pedagogia audiovisual também são importantes frente à hiper-presença das telas, respeitando ainda as especificidades territoriais como, por exemplo, os fazeres de comunidades tradicionais e quilombolas na potência.**

Difusão

A circulação das obras do audiovisual negro, como já dissemos, é importante para o imaginário coletivo e para o combate ao racismo. Por isso, é central que os municípios se empenhem para a implementação e aprimoramento de políticas estruturantes que contribuam para o fortalecimento, restauração ou implementação de salas públicas de cinema; na integração de centros culturais e outros equipamentos municipais com atividades voltadas para a difusão audiovisual, para exibição de filmes de longa, média e curta-metragem negros nos territórios e que estimulem cineclubes e outros eventos de cinema nos territórios por meio de editais específicos ou outros mecanismos de fomento.

Preservação

Em diversos municípios brasileiros, há acervos públicos e privados correndo risco ou já em processo de deterioração. Esse é risco não só para a materialidade das obras mas, sobretudo, para a memória local e nacional. E, quando pensamos na escassez de registro em audiovisual da memória negra, a situação é ainda mais dramática. Faz-se fundamental, portanto, o incentivo e apoio à preservação, digitalização e difusão de acervos públicos e privados, especialmente de Cinemas Negros, e o fortalecimento desses acervos para preservação, **digitalização** e difusão. **Fundamental associar as iniciativas de preservação às dinâmicas das novas tecnologias - como Realidade Virtual e Inteligência Artificial - em sua potência de fabulação para as lacunas da memória negra nacional.** Também é importante o desenvolvimento de estímulos - via fomento direto ou outros mecanismos - para circulação e/ou difusão comercial de obras preservadas.



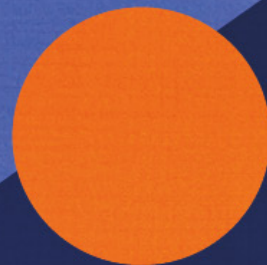
Assim como a Carta do Audiovisual Negro para as Candidaturas Antirracistas de 2022, esta carta de 2024 é um documento vivo, construído como uma convocação às candidaturas, organizações e lideranças políticas atuantes nos municípios brasileiros para uma efetiva mudança rumo à eliminação do racismo e das iniquidades constitutivas do país. AAPAN está aberta ao diálogo com representações que se responsabilizem no combate ao racismo, se comprometam com a construção de práticas de trabalho assentadas na equidade e que entendam a diversidade como processo de construção cotidiana.

Nós, da APAN, nos reconhecemos como movimento negro com ação focada no audiovisual em todas as regiões do país. Nossa ação está no reconhecimento e uso das ferramentas e do fazer político dos que possibilitaram o caminho que nos trouxe até aqui: irmandades, quilombos e todas as formas civilizatórias e de organização da vida negra. É

nessa ação política ancestral e futurista que encontramos formas de tensionar estruturas, afirmar nossas histórias, refazendo, reconstruindo e também demolindo a perspectiva de uma história nacional hegemônica. Não pleiteamos a reconstrução de uma ideia de nacionalidade e de um projeto de país que, assentados nas premissas coloniais, racistas e patriarcais, já se mostram colapsados. Trabalhamos alimentados pela utopia de um país verdadeiramente plural, em que todas as pessoas, em sua diversidade, possam viver – e se ver – com dignidade e pleno reconhecimento de sua humanidade.

Brasil, 19 de setembro de 2024





Se você possui candidatura nas eleições de 2024 e concorda com as propostas da Carta do Audio-visual Negro às Candidaturas Antirracistas, **preencha e assine o nosso formulário.**

**Lembrando que este espaço é exclusivamente para candidaturas*

